Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 27:354

Atendendo à necessidade de se ocorrer nas colónias e no Instituto de Medicina Tropical, por meio da abertura de créditos especiais, ao pagamento de encargos que, por imprevistos, não se encontram inscritos nas respectivas tabelas de despesa em vigor;

Considerando que é necessário dar o devido destino a várias importâncias de excesso de dividendo, e dividendo complementar da Companhia dos Diamantes de Angola, já recebidas na colónia, mas pertencentes ao Fundo de garantia e amortização;

Considerando a necessidade de beneficiação e melhoramentos urgentes no plano inclinado existente na Ilha de Loanda, pertencente aos serviços de marinha privativa da colónia, por meio de conveniente apetrechamento das oficinas navais, em obediência à intenção de se efectuarem na própria colónia todos os fabricos e reparações de que careçam as embarcações das empresas particulares e instituições oficiais, do que deverá resultar, com todo o benefício conseqüente para a economia geral de Angola, um apreciável e compensador aumento de receitas para o tesouro da colónia;

Considerando que se torna necessário liquidar, na colónia de Timor, importâncias que, como percentagens, pertencem e são indispensáveis às juntas locais e cabem a funcionários aduaneiros, as quais entraram no cofre da colónia e não podem ser pagas por não existir inscrita verba na tabela de despesa em vigor, porquanto, por virtude do decreto n.º 25:306, de 9 de Maio de 1935, a correspondente receita inscrita no orçamento, criada por diploma legislativo da colónia, passou a contribuir para as suas despesas gerais, o que justifica que, para ocorrer aos encargos referidos, se tenha de abrir, conforme foi solicitado pelo respectivo governador, crédito especial com contrapartida em disponibilidades da tabela vigente;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o governador geral de Angola a abrir, no corrente ano económico, observadas as formalidades legais, os seguintes créditos especiais:

a) De angolares 122.373,74, para reforço da verba do artigo 272.º do capítulo 7.º da tabela de despesa vigente, a fim de o serviço autónomo de luz e água à cidade de Loanda custear despesas que se não comportam nas suas receitas próprias, saindo a respectiva contrapartida do excesso de cobrança de igual importância sobre a previsão da verba da alínea a) do artigo 76.º do capítulo 5.º do orçamento de receita também vigente, conforme foi indicado pelo mesmo governador;

b) De angolares 274.065,00, correspondentes a £ 1:250, recebidas da Companhia dos Diamantes de Angola, como excesso de dividendo, entregue em Julho de 1935, e a £ 1:250, recebidas da mesma Companhia em Julho de 1936, dividendo complementar de 1935, importâncias pertencentes, nos termos do n.º 4.º do artigo 10.º do decreto n.º 16:430, de 28 de Janeiro de 1929, ao Fundo de garantia e amortização;

c) De angolares 80.000,00, destinado ao pagamento de despesas a realizar com beneficiações e melhoramentos do plano inclinado da Ilha de Loanda e oficinas navais dos serviços de marinha privativa da colónia, saindo

a respectiva contrapartida das disponibilidades do saldo de conta do exercício do ano económico de 1933-1934.

Art. 2.º É autorizado o governador da colónia de Timor a abrir, no corrente ano económico, observadas as formalidades legais, um crédito especial de patacas \$ 33.705,88, destinado à liquidação até 30 de Junho último dos direitos adicionais cobrados pelo Estado e pertencentes às juntas locais e ao pessoal dos serviços aduaneiros da colónia, saindo a respectiva contrapartida das disponibilidades, indicadas pelo referido governador, existentes nas verbas do capítulo 4.º, artigos 29.º, 40.º e 60.º, capítulo 5.º, artigos 63.º e 71.º, capítulo 6.º, artigos 94.º e 98.º, e capítulo 7.º, artigos 105.º e 115.º, da tabela de despesa da colónia em vigor.

Art. 3.º É aberto um crédito especial da importância de 18.000\$ a adicionar ao orçamento do Instituto de Medicina Tropical em vigor, para ocorrer à despesa com a hospitalização de doentes na enfermaria escolar do Hospital Colonial, que constituam casos clínicos de interesse para o ensino da cadeira de patologia exótica, saindo a respectiva contrapartida das disponibilidades existentes na verba do capítulo único, artigo 10.º, n.º 1.º, do mesmo orçamento.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» das colónias de Angola e Timor.

Paços do Governo da República, 19 de Dezembro de 1936.— ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Francisco José Vieira Machado.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

Decreto n.º 27:355

Para cumprimento do disposto no artigo 18.º do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, e usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

JUNTA NACIONAL DAS FRUTAS

CAPÍTULO I

Organização e fins

Artigo 1.º A Junta Nacional de Exportação de Frutas, criada pelo decreto-lei n.º 20:020, de 4 de Julho de 1931, passa a denominar-se Junta Nacional das Frutas e funcionará ao abrigo das disposições do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936.

Art. 2.º A Junta Nacional das Frutas é um organismo de coordenação económica com funções oficiais de funcionamento e administração autónomas e tem personalidade jurídica.

§ único. A Junta pode criar delegações nos principais centros de produção e comércio de frutas.

Art. 3.º A Junta tem por fins:

1.º Criar a consciência corporativa e desenvolver o sentimento de solidariedade entre os elementos das actividades que disciplina e orienta;

2.º Estudar as condições em que se exerce o comércio de frutas e produtos hortícolas e promover o seu melhoramento, propondo ao Governo as medidas legais que julgar convenientes;